

PODER JUDICIÁRIO



**JUSTIÇA DO TRABALHO**

**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO**

## **SEÇÃO DE DOCUMENTO DE REFERÊNCIA**

### **TERMO DE REFERÊNCIA**

**Objeto: Manutenção Corretiva, Evolutiva, Adaptativa e Perfectiva do SAPWEB e aplicações web.**

**TRT - SOF 46/11.**



## JUSTIÇA DO TRABALHO

### TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO

#### 1 – OBJETO:

**1.1.** O objeto da presente contratação é a manutenção corretiva, evolutiva, perfectiva e adaptativa do sistema de acompanhamento processual (Sapweb) e aplicações web do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, com atuação em uma ou várias etapas do desenvolvimento baseada no UP (*Unified Process*) observando as rotinas que se encontram detalhadas no presente termo de referência.

**1.2.** As etapas (disciplinas) de desenvolvimento que deverão ser consideradas são as seguintes: métrica, requisitos, análise e projeto, implementação (codificação), testes e homologação, qualidade e implantação.

**1.3.** Deverão ser incluídas, ainda, as atividades de Gerência de Configuração e Mudança, Gerência de Projetos, seguindo as melhores práticas de mercado, tais como: PMBOK (*Project Management Body of Knowledge*), COBIT, ITIL, CMMI, MPSBR, dentre outros.

**1.4.** A contratação que envolva apenas algumas das disciplinas de desenvolvimento do sistema serão contadas e pagas considerando os seguintes percentuais relativos ao valor do Ponto de Função:

Disciplina	Percentual
Requisitos	20%
Análise e Projeto	30%
Implementação, Testes e Homologação	40%
Implantação	10%

**1.5.** Justifica-se a presente contratação ante a necessidade contínua de correção e evolução de quaisquer sistemas informatizados, dentre os quais o próprio Sapweb. Reforça-se a necessidade de contratação de uma nova empresa para a manutenção do Sapweb em razão das constantes modificações de regras que são hodiernamente estabelecidas pelos diversos órgãos superiores do Poder Judiciário, tais como: Conselho

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO



Nacional de Justiça (CNJ), Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) e Tribunal Superior do Trabalho (TST), sem falar nas modificações ocorridas na legislação em vigor.

**1.6.** Ademais, é de conhecimento que a STI não possui quantitativo de servidores suficientes para promover, por si só, todas as correções e evoluções do Sapweb. Além de possuir um quadro inferior a metade do que o CNJ considera aceitável (Resolução nº 90), nossos técnicos não estão suficientemente capacitados para desenvolver o sistema, razão pela qual a terceirização é a única opção viável.

**2 – VALOR ESTIMADO:**

**2.1.** Estima-se o valor global da presente contratação em **R\$ 2.229.045,00 (dois milhões, duzentos e vinte e nove mil e quarenta e cinco reais)** equivalentes a 3.500 (três mil e quinhentos) Pontos de Função (PF) estimados para a manutenção corretiva, evolutiva, adaptativa e perfectiva, cada um avaliado em **R\$ 636,87 (seiscentos e trinta e seis reais e oitenta e sete centavos)**, que poderão ser utilizados de acordo com as demandas definidas pelo Comitê de Monitoramento e Evolução do Sapweb (CMES) deste E. Tribunal, que deverá priorizá-las, validá-las e agrupá-las em iterações.

**2.2.** A métrica para desenvolvimento do sistema utilizada na presente contratação é a de Pontos de Função (*Function Point*) normatizada pelo Manual de Práticas e Contagem (*Counting Pratices Manual*) na última versão disponível, cuja publicação é feita pelo IFPUG (*International Function Point Users Group*).

**2.3.** O Sapweb tem seu tamanho estimado em aproximadamente 9.000 (nove mil) Pontos de Função.

**2.4.** Os valores estimados foram obtidos através de pesquisa de preços realizada pela SLG/DICO/SECOM e STI/DGSP.

**2.5.** O Ponto de Função da presente contratação leva em consideração uma produtividade estimada de 12 horas.



### **3 – DA VIGÊNCIA CONTRATUAL:**

**3.1.** O prazo de vigência contratual iniciar-se-á da emissão do Termo de Autorização do início dos serviços, encerrando-se após 30 (trinta) meses, ressalvado o período de garantia dos serviços prestados.

**3.2.** O Termo de Autorização do início dos serviços deverá ser emitido pela fiscalização do contrato em até 90 (noventa) dias contados da assinatura do instrumento contratual.

**3.3.** No período compreendido entre a assinatura do instrumento contratual e a emissão do Termo de Autorização do início dos serviços, a CONTRATADA deverá disponibilizar profissionais que acompanharão a execução contratual com o objetivo de melhor conhecer e entender o funcionamento do Sapweb e suas peculiaridades.

**3.4.** Admitir-se-á a prorrogação da vigência contratual, na forma estabelecida no artigo 57 da Lei 8.666/1993.

### **4 – ESPECIFICAÇÕES PRELIMINARES:**

**4.1.** O padrão corporativo utilizado para o desenvolvimento de aplicações de negócio da CONTRATANTE é a plataforma JAVA EE.

**4.2.** A arquitetura resumida do Sapweb encontra-se detalhada no Anexo I.

**4.3.** A CONTRATADA obriga-se a adotar as mesmas ferramentas utilizadas pela área de informática da CONTRATANTE, conforme quadro a seguir:

<b>Banco de Dados</b>	Oracle 10g
<b>Servidores de Aplicação</b>	Oracle Application Server e JBoss
<b>Ferramenta de Comunicação Corporativa</b>	Oracle Messenger e Google Talk
<b>Ferramenta de Gerenciamento de Projeto</b>	Microsoft Project e Microsoft Excel

**JUSTIÇA DO TRABALHO**

**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO**



<b>Ferramenta de Versionamento de Arquivos</b>	CVS e/ou Rational ClearCase
<b>Ferramenta de Gerenciamento de Métrica e Requisitos</b>	Microsoft Word e Excel CVS e Rational ClearCase
<b>Ferramenta de Modelagem</b>	EA – Enterprise Architect
<b>Ferramenta de testes automatizados</b>	Selenium
<b>Ferramenta de gerenciamento de <i>bugs</i></b>	Bugzilla
<b>Linguagem de programação</b>	Java, PL/SQL, Javascript e HTML

**4.4.** A CONTRATADA obriga-se a incorporar novas tecnologias que porventura a CONTRATANTE venha a adotar, sem ônus adicional.

**5 – DO LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS:**

**5.1.** Os serviços deverão ser desenvolvidos nas instalações da CONTRATADA, que deverá providenciar, sem quaisquer ônus adicionais para a CONTRATANTE, toda infraestrutura de pessoal, *hardware* e *software* necessários para sua execução, com as ressalvas apontadas no presente termo de referência.

**5.2.** A CONTRATADA, nas ocasiões previstas no presente termo de referência, poderá prestar serviços em quaisquer das unidades elencadas no Anexo II, respeitando-se, neste caso, o horário de expediente de 8 às 18 horas nos dias úteis.

**5.3.** Admitir-se-á, desde que justificadamente, a solicitação para que o serviço objeto da presente contratação seja prestado temporariamente nas dependências da própria CONTRATANTE, caso lhe seja conveniente e oportuno.



## **6 – DOS ARTEFATOS INICIAIS DO PROJETO:**

**6.1.** A CONTRATADA deverá apresentar à Fiscalização da CONTRATANTE, em até 15 (quinze) dias contados da emissão do Termo de Autorização do início dos serviços, os seguintes artefatos iniciais:

- a) Metodologia de Desenvolvimento de Software;
- b) Plano de Projeto (PP);
- c) Matriz de Defeitos;
- d) Plano de Testes;
- e) Seguro-garantia (na forma definida no instrumento contratual);
- f) Termo de confidencialidade devidamente assinado.

**6.2.** A Metodologia de Desenvolvimento de Software deverá estabelecer, de forma sistematizada, o desenvolvimento do sistema baseado no UP (*Unified Process*), utilizando processos controlados, repetitivos e padronizados de produção.

**6.3.** O detalhamento do Plano de Projeto deverá ser feito, em conjunto, pela CONTRATANTE e CONTRATADA, sendo que esta será responsável pela elaboração do documento, que deverá contemplar os prazos de entrega de todos os artefatos previstos no presente termo de referência, indicando-se os responsáveis pelas atividades, os marcos e produtos entregáveis entre as iterações e os critérios de avaliação das mesmas. O modelo exigido é aquele apregoadado pelo PMI (PMBOK).

**6.3.1.** A fiscalização do contrato deverá ajustar previamente os prazos atribuídos ao Comitê de Monitoramento e Evolução do Sapweb.

**6.4.** A Matriz de Defeitos deverá permitir o rastreamento de falhas de modo a identificar possíveis reflexos das mesmas em todo o sistema.

**6.5.** O Plano de Testes deverá indicar a metodologia e os critérios para elaboração dos Casos de Testes, bem como a sistemática detalhada da realização dos testes previstos no presente termo de referência.

**6.6.** A CONTRATADA deverá, em até 30 (trinta) dias contados da emissão do Termo de Autorização do início dos serviços, providenciar:



## JUSTIÇA DO TRABALHO

### TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO

- a) Instalação de uma conexão de enlace de comunicação dedicado entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA, sem ônus adicional, utilizando-se de protocolos seguros entre os componentes de ligação;
- b) Ferramenta de gerenciamento e acompanhamento de incidentes (chamados) abertos para manutenção corretiva do Sapweb definida no início do projeto.

#### **7 – DA ROTINA DE TRABALHO DE MANUTENÇÃO EVOLUTIVA, ADAPTATIVA E PERFECTIVA:**

**7.1.** O Gerente do Projeto da CONTRATANTE deverá comunicar ao CMES acerca da emissão do Termo de Autorização de início dos serviços.

**7.2.** O CMES apresentará a relação de demandas que serão executadas, agrupando-as em iterações.

**7.3.** O Fiscal de Métrica providenciará a contagem estimada em Pontos de Função das demandas definidas na iteração, encaminhando-a à CONTRATADA para validação. A validação da contagem deverá ser feita por profissional certificado com *Certified Function Points Specialist* (CFPS) e deverá vir acompanhada de um cronograma de execução.

**7.4.** O encaminhamento das demandas à CONTRATADA será feito através da emissão de Solicitação de Serviço conforme modelo estabelecido no Anexo III.

**7.5.** Com a validação da contagem (incluindo eventuais ajustes), o Gerente de Projeto da CONTRATANTE solicitará ao Diretor-Geral emissão da competente Nota de Empenho que seja suficiente para garantir a execução da iteração validada pelo CMES.

**7.5.1.** Na hipótese da Administração optar pela utilização de empenho estimativo, não haverá necessidade de nova autorização do Ordenador de Despesas.

**7.6.** Havendo garantias orçamentárias para a execução contratual, a Gerência de Projeto solicitará ao CMES a indicação dos usuários que participarão do levantamento dos requisitos das demandas definidas, a marcação das reuniões, que serão realizadas nas dependências da CONTRATANTE, em quaisquer dos endereços mencionados no

**JUSTIÇA DO TRABALHO**

**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO**



Anexo II e a convocação dos usuários.

**7.7.** As atas de reuniões deverão ser validadas pela Fiscalização de Requisitos e pelo CMES.

**7.8.** As atas validadas serão encaminhadas à CONTRATADA para elaboração/atualização dos Casos de Uso e da Realização dos Casos de Uso.

**7.9.** As solicitações inseridas nas atas de reunião deverão constar, sempre que possível, em pelo menos um dos seguintes artefatos: Caso de Uso ou Realização do Caso de Uso.

**7.10.** Os Casos de Uso serão submetidos à análise da Fiscalização de Requisitos, dos usuários e do CMES.

**7.11.** Com a validação dos Casos de Uso, a CONTRATADA deverá providenciar a elaboração/atualização dos Casos de Teste.

**7.12.** Os Casos de Teste deverão ser validados pela Fiscalização de Testes e Homologação.

**7.13.** A CONTRATADA deverá apresentar os artefatos de Análise e Projeto, que serão validados pela Fiscalização de Análise e Projeto.

**7.14.** A CONTRATADA dará início ao trabalho de implementação (codificação) das demandas.

**7.15.** A CONTRATADA disponibilizará, quando necessário, os protótipos navegáveis que serão validados pela Fiscalização de Requisitos.

**7.16.** A CONTRATADA realizará os testes previstos no presente Termo de Referência, apresentando os artefatos que serão submetidos à análise da Fiscalização de Testes e Homologação.

**7.17.** A CONTRATADA gerará o arquivo .ear com uma nova versão do Sapweb, contendo todas as demandas implementadas, que serão analisadas pela Fiscalização de Testes e Homologação em ambiente diferente do de Produção.



**JUSTIÇA DO TRABALHO**

**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO**



**7.18.** A Fiscalização de Testes e Homologação realizará testes baseados nos Casos de Homologação, devendo os mesmos ser validados pelos usuários que serão selecionados pelo CMES.

**7.19.** A CONTRATANTE poderá exigir que a CONTRATADA faça ajustes em artefatos produzidos em quaisquer das disciplinas, ainda que os mesmos já tenham sido validados pela fiscalização, caso seja identificada alguma ocorrência que implique o descumprimento da demanda contratada. Se tais modificações forem inferiores a 20% das regras modificadas, não haverá qualquer ônus adicional para a CONTRATANTE.

**7.20.** A Fiscalização de Métrica avaliará se houve qualquer alteração no escopo da contagem de Pontos de Função definida no item 7.5 do presente Termo de Referência, submetendo à Contratada, se for o caso.

**7.21.** A versão disponibilizada pela CONTRATADA entrará em produção em ambiente restrito a poucas unidades, de modo a verificar a confiabilidade do sistema.

**7.22.** A versão disponibilizada pela CONTRATADA será implantada no ambiente de Produção do Sapweb.

**7.23.** O Gerente de Projeto da CONTRATANTE comunicará ao CMES o término da etapa de levantamento de requisitos de cada iteração, de modo que sejam definidas as novas demandas da iteração seguinte, reiniciando a rotina prevista no item 7 do termo de referência.

**7.24.** O Gerente de Projeto da CONTRATANTE comunicará ao CMES o término da etapa de implantação das demandas de cada iteração, de modo que o mesmo indique as providências para definição dos perfis (se for o caso) e comunicação aos usuários do Sapweb.

**7.25.** Os demais procedimentos serão repetidos um a um, conforme este item.



## JUSTIÇA DO TRABALHO

### TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO

#### **8 – DAS ATIVIDADES DE CADA DISCIPLINA E SEUS ARTEFATOS:**

##### **8.1. Métrica e Requisitos:**

**8.1.1.** A contagem dos Pontos de Função segue critérios bem definidos estabelecidos pelo Manual de Práticas e Contagens (*Counting Practices Manual* em sua versão mais recente), publicado pelo IFPUG (*International Function Point Users Group*).

**8.1.2.** A contagem deverá resultar em Pontos de Função Brutos (ou não ajustados).

**8.1.3.** As demandas definidas pelo CMES serão associadas aos Casos de Uso. As contagens de Pontos de Função serão efetuadas por caso de uso, associadas às demandas, a cada iteração.

**8.1.4.** Todas as contagens de pontos de função previstas na presente contratação deverão ser acompanhadas das respectivas memórias de cálculo, indicando a forma que foram obtidos os valores informados.

**8.1.5.** A CONTRATANTE adota os critérios estabelecidos no Roteiro de Métricas de Software do SISP (versão 1.0) no que se refere aos itens não mensuráveis para a execução dos serviços de manutenção corretiva, evolutiva, adaptativa e perfectiva para calcular o esforço de atividades que não são passíveis de serem mensuradas pela técnica de Pontos de Função.

**8.1.6.** O gerenciamento dos requisitos obedecerá às regras estabelecidas no Plano de Gerenciamento de Requisitos da CONTRATANTE (Anexo IV).

**8.1.7.** São artefatos da disciplina de requisitos: atualização do Documento de Visão, do Glossário, da lista de atores, do Documento de Requisitos de Softwares, dos Casos de Uso, da Realização de Casos de Uso, elaboração e atualização da Matriz de Rastreabilidade.

**8.1.8.** São atividades mínimas necessárias à disciplina de requisitos: realização de reuniões e detalhamento dos requisitos.



## JUSTIÇA DO TRABALHO

### TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO

**8.1.9.** A contagem de pontos de função obedecerá a proporcionalidade estabelecida na tabela constante do item 1.4 do presente termo de referência quando da contratação de algumas disciplinas de desenvolvimento.

#### **8.2. Análise e Projeto:**

**8.2.1.** Os diagramas deverão obedecer ao Documento de Normas e Padrões da CONTRATANTE (Anexo V).

**8.2.2.** A CONTRATADA entregará obrigatoriamente os seguintes artefatos: Documento de Arquitetura, Diagrama de Classes Lógicas e Modelo de Dados Físico.

**8.2.3.** Se a CONTRATANTE entender ser necessário, poderão ser exigidos os seguintes artefatos: Diagrama de Sequência, Diagrama de Máquina de Estados, Diagrama de Pacotes e Diagrama de Componentes.

**8.2.4.** Os diagramas deverão ser entregues em formato que possa ser importado pela ferramenta de modelagem definida no início do projeto.

**8.2.5.** São atividades mínimas da disciplina de análise e projeto: revisão e manutenção dos artefatos elencados nos itens 8.2.2 e 8.2.3.

#### **8.3. Implementação, Testes e Homologação:**

**8.3.1.** As atividades de codificação deverão estar em total consonância com o Padrão de Codificação da CONTRATANTE (Anexo VI).

**8.3.2.** A CONTRATADA está obrigada a seguir a Política de Testes (Anexo VII) e o Plano de Gerência de Configuração (Anexo VIII) da CONTRATANTE.

**8.3.3.** A CONTRATANTE exigirá da CONTRATADA a realização dos seguintes testes:

a) de unidade: aquele realizado sobre a menor unidade do projeto de *software* isoladamente (por exemplo: um método), que deve abranger, pelo menos, as técnicas de teste de Caixa Preta e Caixa Branca.



## JUSTIÇA DO TRABALHO

### TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO

b) de integração: aquele realizado através da navegação de forma progressiva e ordenada pelas telas ou estruturas internas do *software* onde seus elementos são combinados e testados para avaliação das suas iterações.

c) de sistema: referente a execução controlada do aplicativo, verificando se o seu comportamento ocorre de acordo com o especificado no serviço.

**8.3.4.** São artefatos da disciplina de implementação, testes e homologação: atualização do documento de arquitetura (visão implementação), especificação e atualização dos Casos de Testes e Casos de Homologação, Relatórios de Testes, implantação, elaboração e atualização do Manual do Usuário, do *Help online*, das Notas de *Release* e *Deployment* e Termo de Homologação.

**8.3.5.** A CONTRATADA deverá entregar toda a documentação contendo o mapeamento da navegação interna realizada e demais evidências do teste junto com os artefatos previstos, que servirão de subsídio para as atividades de auditoria do trabalho de teste realizado pela CONTRATANTE.

**8.3.6.** São atividades mínimas da disciplina de implementação, testes e homologação: codificação, construção de telas, planejamento da integração do sistema, geração de *script* para alteração da base de dados, automatização dos testes, controle da execução dos testes (de unidade, de integração e de sistema).

**8.3.7.** A CONTRATADA deverá elaborar protótipos de telas navegáveis, quando necessário.

**8.3.8.** A CONTRATADA deverá apresentar todos os *scripts* de automatização dos testes.

## **8.4. Qualidade:**

**8.4.1.** As aplicações deverão atender aos requisitos de qualidade que foram definidos de acordo com as características e subcaracterísticas de qualidade de software propostas pela ISO/IEC 9.126 (NBR 13596) e com as necessidades da CONTRATANTE, conforme descrito a seguir:



## JUSTIÇA DO TRABALHO

### TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO

- a) Funcionalidade:** As aplicações deverão atender às necessidades para a finalidade a que o produto se destina;
- b) Confiabilidade:** as aplicações não deverão apresentar falha e, se a mesma ocorrer, deverão ter capacidade de recuperação de dados e manutenção do nível de desempenho adequado as necessidades da CONTRATANTE, de acordo com os prazos estabelecidos no subitem 9.4;
- c) Manutenibilidade:** O código fonte deverá ser bem estruturado, claro e bem documentado e compatível com os padrões de codificação da CONTRATANTE, visando pouco esforço para fazer alterações corretivas, adaptativas e ou evolutivas;
- d) Usabilidade:** As aplicações deverão ser estruturadas com fácil entendimento dos conceitos utilizados, fáceis de aprender, de usar e controlar a operação;
- e) Portabilidade:** As aplicações deverão funcionar em qualquer navegador WEB compatível com o padrão W3C e suas evoluções e na plataforma de hardware que possua suporte à arquitetura tecnológica definida pela CONTRATANTE;
- f) Eficiência:** As aplicações deverão apresentar desempenho apropriado, relativo à quantidade de recursos usados, sob condições especificadas.

Além das características acima descritas, destacam-se, ainda, as seguintes sub-características das Funcionalidades:

- g) Interoperabilidade:** As aplicações deverão permitir o compartilhamento e integração de dados específicos com os Sistemas de Informação Corporativos em uso na CONTRATANTE;
- h) Segurança:** As aplicações deverão ter garantia contra ataques e violação de conteúdo.

**8.4.2.** Os relatórios que sejam relacionados à manutenção corretiva do sistema ficarão sob responsabilidade da Fiscalização de Qualidade.

**JUSTIÇA DO TRABALHO**

**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO**



**8.5. Gerência do Projeto:**

**8.5.1.** A Gerência de projeto será toda baseada no Plano de Projeto que será apresentado pela CONTRATADA e validado pela CONTRATANTE, responsabilizando-se pelo cronograma de execução, entrega dos artefatos, integração entre as diversas disciplinas de desenvolvimento do sistema, além do controle do escopo e riscos do contrato.

**8.5.2.** Deverá, ainda, validar os Relatórios de Avanço Físico (RAF) e de Iteração (RAI), consolidando as informações prestadas pelos demais fiscais com os seus respectivos artefatos devidamente validados, juntamente com a análise dos indicadores do Acordo de Nível de Serviço (SLA).

**8.5.3.** A Gerência de Projeto utilizará a tabela abaixo como referência no controle do prazo de duração das iterações, admitindo-se variações para mais ou para menos (até 25%) de acordo com a complexidade das demandas e a necessidade da CONTRATANTE:

<b>Volume de serviço (em Pontos de Função)</b>	<b>Prazo máximo estimado para conclusão (em meses)</b>
1 – 100	2
101 – 200	4
201 – 300	6
301 – 400	8
Acima de 400	Negociável entre as partes

**9 – DA ROTINA DE TRABALHO DA MANUTENÇÃO CORRETIVA:**

**9.1.** Toda e qualquer falha que porventura venha ocorrer no Sapweb deverá ser inserida no escopo da manutenção corretiva.

**9.2.** As falhas serão identificadas e registradas no Bugzilla, conforme item 4.3.

**JUSTIÇA DO TRABALHO**

**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO**



**9.3.** A referida ferramenta será utilizada de modo que seus técnicos possam controlar os *bugs* de legado (erros preexistentes) e os *bugs* decorrentes da manutenção evolutiva, adaptativa e perfectiva do sistema.

**9.4.** A referida ferramenta permitirá ainda o gerenciamento dos *bugs* decorrentes da manutenção evolutiva, adaptativa e perfectiva do sistema pelas datas de abertura e encerramento, pelo assunto, descrição, *status*, nível de criticidade e responsável.

**9.4.1.** Tais *bugs* serão cadastrados na ferramenta em comento observando os seguintes prazos para atendimento e solução, a saber:

<b>Criticidade</b>	<b>Prazo para atendimento e solução temporária</b>	<b>Prazo para solução definitiva</b>
Alta	4 horas	24 horas
Média	24 horas	48 horas
Baixa	48 horas	72 horas

**9.4.2.** Para os *bugs* de legado, a ferramenta deve permitir o gerenciamento pelas datas de abertura e encerramento, pelo assunto, descrição, *status* e responsável. O controle do prazo será definido pela Gerência de Projeto nas iterações, utilizando-se como referência a tabela citada no item 8.5.3.

**9.5.** Eventuais dúvidas ou esclarecimentos implicarão na suspensão dos prazos previstos no quadro acima, desde que os mesmos sejam pertinentes.

**9.6.** Os *bugs* que sejam decorrentes da manutenção evolutiva, adaptativa e perfectiva do sistema deverão ser corrigidos pela CONTRATADA sem quaisquer ônus adicionais à CONTRATANTE, até o término da garantia prevista no item 17 do termo de referência.

**9.7.** Os demais *bugs* de legado obedecerão a rotina estabelecida no item 7 do termo de referência, sendo que a contagem dos Pontos de Função deverá levar em consideração a aplicação do fator de ajuste de 0,60, 0,70 ou 0,80, consoante os critérios definidos no item 4.3 do Roteiro de Métricas de Software do SISP (versão 1.0).

## JUSTIÇA DO TRABALHO

## TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO

**10 – DOS ACORDOS DE NÍVEL DE SERVIÇO (SLA):**

**10.1.** A gestão e fiscalização do contrato se darão mediante o estabelecimento e acompanhamento de indicadores de SLA entre CONTRATANTE e CONTRATADA que estão descritos nos quadros a seguir:

<b>Nome do Indicador</b>	<b>Indicador de Desempenho de Atendimento (IDAP)</b>
<b>Finalidade</b>	Avaliar o cumprimento do prazo de atendimento de cada iteração
<b>Meta a cumprir</b>	Indicador deve ser igual a 1
<b>Instrumento de medição</b>	Relatório da entrega das iterações
<b>Forma de acompanhamento</b>	A CONTRATADA deverá gerar relatório para cada iteração com as demandas concluídas e homologadas, contendo o período previsto para a execução e o efetivamente executado.
<b>Periodicidade</b>	Duração da iteração
<b>Mecanismo de cálculo</b>	<u>Tempo efetivo da execução da iteração</u> Tempo estimado da execução da iteração
<b>Faixa de ajuste no pagamento</b>	1 a 1,20 – 100% do valor da iteração Mais de 1,20 até 1,35 – 95% do valor da iteração Mais de 1,35 até 1,50 – 90% do valor da iteração Mais de 1,50 – 85% do valor da iteração
<b>Início da vigência</b>	Termo de Autorização para início dos serviços
<b>Observações</b>	Para o cálculo do tempo efetivo, será considerada a data da entrega do último artefato



**JUSTIÇA DO TRABALHO**

**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO**



<b>Nome do Indicador</b>	<b>Indicador de Desempenho de Qualidade da Iteração (IDAI)</b>
<b>Finalidade</b>	Avaliar a qualidade dos artefatos de cada iteração
<b>Meta a cumprir</b>	Indicador deve ser igual a 0
<b>Instrumento de medição</b>	Relação dos artefatos entregues indicando se os mesmos foram validados ou não, bem como o responsável pela validação
<b>Forma de acompanhamento</b>	A CONTRATADA deverá gerar relatório para cada iteração com os artefatos produzidos, indicando se os mesmos foram validados e o respectivo responsável pela validação
<b>Periodicidade</b>	Duração da iteração
<b>Mecanismo de cálculo</b>	$\frac{\text{Número de artefatos recusados}}{\text{Número de artefatos que deveriam ser entregues}}$
<b>Faixa de ajuste no pagamento</b>	0 a 0,10 – 100% do valor da iteração Mais de 0,10 até 0,25 – 95% do valor da iteração Mais de 0,25 até 0,40 – 90% do valor da iteração Mais de 0,40 – 85% do valor da iteração
<b>Início da vigência</b>	Termo de Autorização para início dos serviços
<b>Observações</b>	-

<b>Nome do Indicador</b>	<b>Indicador de Conformidade das Regras de Negócio (ICRN)</b>
<b>Finalidade</b>	Avaliar a conformidade das regras de negócio na documentação dos requisitos
<b>Meta a cumprir</b>	Indicador deve ser igual a 0

**JUSTIÇA DO TRABALHO**

**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO**



<b>Instrumento de medição</b>	Análise da documentação dos requisitos
<b>Forma de acompanhamento</b>	Verificar se todas as regras de negócio foram atendidas na documentação dos requisitos
<b>Periodicidade</b>	Duração da iteração
<b>Mecanismo de cálculo</b>	<u>Número de regras de negócio não atendidas</u> Número de regras de negócio relacionadas
<b>Faixa de ajuste no pagamento</b>	0 a 0,10 – 100% do valor da iteração Mais de 0,10 até 0,25 – 95% do valor da iteração Mais de 0,25 – 90% do valor da iteração
<b>Início da vigência</b>	Termo de Autorização para início dos serviços
<b>Observações</b>	-

**JUSTIÇA DO TRABALHO**

**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO**



**Nome do Indicador**

<b>Nome do Indicador</b>	<b>Indicador de Atendimento de questões relacionadas à Gerência de Projeto (IAGP)</b>
<b>Finalidade</b>	Avaliar o cumprimento das obrigações assumidas com a Gerência de Projeto
<b>Meta a cumprir</b>	Indicador deve ser igual a 0
<b>Instrumento de medição</b>	Relatório das solicitações da Gerência de Projeto submetidas à CONTRATADA
<b>Forma de acompanhamento</b>	A CONTRATANTE apresentará um relatório com todas as solicitações da Gerência de Projeto submetidas à CONTRATADA
<b>Periodicidade</b>	Duração da iteração
<b>Mecanismo de cálculo</b>	<u>Número de solicitações da Gerência de Projeto não atendidas</u> Número de solicitações da Gerência de Projeto
<b>Faixa de ajuste no pagamento</b>	0 a 0,10 – 100% do valor da iteração Mais de 0,10 até 0,25 – 95% do valor da iteração Mais de 0,25 até 0,40 – 90% do valor da iteração Mais de 0,40 – 85% do valor da iteração
<b>Início da vigência</b>	Termo de Autorização para início dos serviços
<b>Observações</b>	-

<b>Nome do Indicador</b>	<b>Indicador de Confiabilidade do Sistema no ambiente de produção (ICSP)</b>
<b>Finalidade</b>	Avaliar a qualidade do sistema através do controle de falhas ocorridas

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO



<b>Meta a cumprir</b>	Indicador deve ser igual a 0
<b>Instrumento de medição</b>	Relatório das falhas ocorridas no sistema
<b>Forma de acompanhamento</b>	A CONTRATADA emitirá relatório contendo todas as falhas ( <i>bugs</i> ) registradas na ferramenta escolhida que sejam decorrentes da Manutenção Corretiva, Evolutiva, Adaptativa ou Perfectiva
<b>Periodicidade</b>	Duração da iteração
<b>Mecanismo de cálculo</b>	$\frac{\text{Número de } bugs \text{ abertos}}{\text{Total de Pontos de Função da iteração}}$
<b>Faixa de ajuste no pagamento</b>	0 a 0,10 – 100% do valor da iteração Mais de 0,10 até 0,20 – 95% do valor da iteração Mais de 0,20 até 0,40 – 90% do valor da iteração Mais de 0,40 – 85% do valor da iteração
<b>Início da vigência</b>	Termo de Autorização para início dos serviços
<b>Observações</b>	

<b>Nome do Indicador</b>	<b>Indicador de Ocorrências de Erros Recorrentes (IOER)</b>
<b>Finalidade</b>	Avaliar a quantidade de erros recorrentes no ambiente de produção
<b>Meta a cumprir</b>	Indicador deve ser igual a 0
<b>Instrumento de medição</b>	Relatório das falhas ocorridas no sistema
<b>Forma de acompanhamento</b>	A CONTRATADA emitirá relatório contendo todas as falhas ( <i>bugs</i> ) registradas na ferramenta escolhida indicando quantas vezes os mesmos foram reabertos
<b>Periodicidade</b>	Duração da iteração

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO



Mecanismo de cálculo	<u>Número de reaberturas de bugs</u> Número de bugs existentes
<b>Faixa de ajuste no pagamento</b>	0 a 0,20 – 100% do valor da iteração Mais de 0,20 a 0,30 – 95% do valor da iteração Mais de 0,30 a 0,40 – 90% do valor da iteração Mais de 0,40 – 85% do valor da iteração
<b>Início da vigência</b>	Termo de Autorização para início dos serviços
<b>Observações</b>	Serão incluídas no presente SLA os <i>bugs</i> decorrentes de manutenção corretiva, evolutiva, adaptativa e perfectiva do sistema

Nome do Indicador	Indicador do Tempo de Atendimento dos Bugs (ITAB)
<b>Finalidade</b>	Avaliar o tempo de atendimento das falhas do sistema, considerando apenas os <i>bugs</i> decorrentes da manutenção corretiva, evolutiva, adaptativa ou perfectiva
<b>Meta a cumprir</b>	Indicador deve ser igual a 1
<b>Instrumento de medição</b>	Relatório das falhas ocorridas no sistema
<b>Forma de acompanhamento</b>	A CONTRATADA emitirá relatório contendo as falhas (bugs) registradas na ferramenta escolhida indicando o tempo de atendimento
<b>Periodicidade</b>	Duração da iteração
<b>Mecanismo de cálculo</b>	$\frac{\text{Tempo de atendimento dos bugs (em horas)}}{\text{Tempo previsto do atendimento dos bugs (em horas)}}$
<b>Faixa de ajuste no pagamento</b>	1 a 1,20 – 100% do valor da iteração Mais de 1,20 até 1,35 – 95% do valor da iteração Mais de 1,35 até 1,50 – 90% do valor da iteração Mais de 1,50 – 85% do valor da iteração

**JUSTIÇA DO TRABALHO**

**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO**



<b>Início da vigência</b>	Termo de Autorização para início dos serviços
<b>Observações</b>	O tempo previsto do atendimento varia de acordo com o grau de severidade das falhas, cujos prazos estão previstos no presente termo de referência

**10.2.** Os percentuais de desconto obtidos para cada um dos Acordos de Nível de Serviço (SLA) deverão ser somados para que se possa fazer o ajuste no pagamento.

**10.3.** Os ajustes previstos neste item são independentes das penalidades previstas no presente termo de referência, cuja apuração é definida pelo Ato 2211/2005 da Presidência deste E. Tribunal.

**11. DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO:**

**11.1.** A Fiscalização da presente contratação ficará sob responsabilidade dos seguintes servidores, de acordo com a disciplina de cada etapa de desenvolvimento do sistema, a saber:

<b>Disciplina</b>	<b>Fiscal titular</b>	<b>Fiscal Substituto</b>
Métrica e Requisitos	Celia Regina Amaya Utiyama (22195)	Erika Sequeiros Pereira Neves (66893)
Análise e Projeto	Rotterdam Holanda Cavalcante Junior (52108)	Jefferson Francisco de Souza (76783)
Implementação, Testes e Homologação	Tony Takimoto (62596)	Lilian de Fátima Sapucahy da Silva (49310)
Qualidade	Marcelo Luís Alves Dias (5085)	Leslier Levingstone Fernandes (50083)
Gerente de Projeto	Denise Barbosa Alves e Silva (38105)	Carolina Maria de Souza Corrêa e Leite (67784)

**JUSTIÇA DO TRABALHO**

**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO**



**11.2.** A Gestão do contrato ficará sob responsabilidade do titular da Divisão de Gestão de Sistemas e Portal (DGSP), Erik Gustavo de Sousa Stofanelli código funcional 67091, tendo como substituto o servidor Tony Takimoto, código funcional 62596.

**11.3.** A supervisão da presente contratação ficará sob responsabilidade do Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação, Leonardo Fontes Bollentini, código funcional 20436-6 tendo como substituta a servidora Maria Lúcia Guida, código funcional 3644.

**11.4.** Os fiscais obrigam-se a acompanhar toda a execução contratual, nos limites da disciplina em que atuam, controlando escopo, prazos e riscos de cada etapa, validando todos os artefatos, fornecendo os subsídios necessários à gerência de projeto da CONTRATANTE. Além disso, os fiscais determinarão à CONTRATADA as providências necessárias ao regular e efetivo cumprimento do contrato, anotando as infrações contratuais constatadas, comunicando-as à Secretaria de Tecnologia da Informação, propondo sanções em conformidade com a lei e regulamentação vigentes.

**11.5.** Serão gerados os relatórios abaixo, observando a seguinte periodicidade:

<b>Relatório</b>	<b>Periodicidade</b>
Relatório de Avanço Físico (RAF)	Mensal (a partir da assinatura do contrato)
Relatório de Avanço de Iteração (RAI)	Ao final de cada iteração (a partir do início da 1ª iteração)
Relatório de SLA	Ao final de cada iteração (a partir do início da 1ª iteração)

**12 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:**

**12.1.** A CONTRATANTE obriga-se a:

- propiciar condições de desenvolvimento dos serviços objeto da presente contratação;
- efetuar o pagamento, na forma estabelecida no presente termo de referência.



## JUSTIÇA DO TRABALHO

### TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO

#### **13 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:**

**13.1.** A CONTRATADA obriga-se, além do que já foi previsto nos demais itens do presente termo de referência, a:

- a.** utilizar as mesmas ferramentas que a CONTRATANTE e, havendo evolução ou alteração das mesmas, replicar tais modificações em seu ambiente, sem ônus para a CONTRATANTE, inclusive quanto a capacitação de seus profissionais;
- b.** identificar, armazenar e gerenciar os itens de configuração durante todo o projeto, mantendo histórico das alterações efetuadas, criando rótulos e ramificações;
- c.** estar em condições de recuperar uma configuração em um determinado momento no tempo;
- d.** instalar e operacionalizar o seu ambiente de desenvolvimento em conformidade com a plataforma tecnológica da CONTRATANTE;
- e.** manter a compatibilidade entre o seu ambiente de desenvolvimento e o de homologação da CONTRATANTE;
- f.** exigir de seus profissionais, quando circularem nas dependências da CONTRATANTE, o uso de crachá de identificação com o nome do portador, nome e logotipo da empresa;
- g.** tratar com sigilo e confidencialidade quaisquer informações, dados, processos, fórmulas, códigos, modelos, diagramas e dispositivos relativos ao serviço contratado, utilizando-os apenas para a finalidade prevista;
- h.** facilitar e antecipar a detecção de falhas ou problemas;
- i.** aprimorar e garantir a qualidade dos produtos;
- j.** garantir a adoção irrestrita de normas e procedimentos por parte de toda a equipe do projeto;
- k.** assegurar a conformidade dos produtos e das ações com os padrões e diretrizes do projeto;





## JUSTIÇA DO TRABALHO

### TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO

- l.** transferir conhecimento para a próxima empresa contratada pelo TRT/RJ para a realização do serviço de manutenção do Sapweb por, pelo menos, 3 (três) meses antes do término da vigência contratual;
- m.** assumir, objetivamente, inteira responsabilidade civil e administrativa pela execução dos serviços, correndo por sua conta os ônus inerentes ao serviço prestado, tais como: encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributos, taxas, licenças, férias e documentos concernentes ao contrato, inclusive seguros contra acidentes de trabalho, bem como de indenizar todo e qualquer dano/prejuízo pessoal e material causados, voluntária ou involuntariamente, por seus prepostos durante e/ou em consequência da execução dos serviços contratados, providenciando imediata reparação dos danos ou prejuízos impostos à contratante ou a terceiros, inclusive, se houver, as despesas com custas judiciais e honorários advocatícios;
- n.** indicar na data da assinatura do contrato, à fiscalização, o nome, telefone e email do profissional que atuará como preposto, conforme preceitua o artigo 68 da Lei 8.666/1993.

#### **14 - DA EQUIPE PROFISSIONAL DA CONTRATADA:**

**14.1.** A CONTRATADA deverá, no dia designado para emissão do Termo de Autorização de Início dos serviços, apresentar comprovação de que dispõe de profissionais habilitados à prestação do objeto que satisfaçam aos perfis técnicos informados pela apresentação da documentação que segue:

##### **α. Gerente de Projetos:**

- currículo emitido pela contratada que informe experiência de, no mínimo, 3 (três) anos em gerenciamento de projetos seguindo as melhores práticas de mercado (como, por exemplo, o PMBOK);
- certificação ITIL, COBIT ou similar.



## JUSTIÇA DO TRABALHO

### TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO

**b. Arquiteto de Sistema:**

- currículo emitido pela contratada que informe experiência em arquitetura de sistemas de, no mínimo, 3 (três) anos e de, no mínimo, 5 (cinco) anos em desenvolvimento, ambos em sistemas Java/J2EE com Banco de Dados Oracle 10g;
- declaração da contratada de que possui experiência nos seguintes frameworks e tecnologias: Servidor de aplicações Oracle Application Server, plataforma Java EE, EJB2 (Enterprise Java Beans 2.0), Hibernate, Struts, IDE Eclipse, arquitetura J2EE, PL/SQL, ANT, OpenOffice Server e Client, funcionamento de banco de dados em Oracle RAC;
- Certificação Sun Certified Java Programmer (SCJP) ou similar;
- Certificação Sun Certified Enterprise Architect (SCEA) ou similar;
- Certificação Linux;
- Certificação Windows.

**c. Gerente de Configuração:**

- currículo emitido pela contratada que informe experiência em gerência de configuração de, no mínimo, 3 (três) anos;
- Conhecimento de gerência de configuração utilizando CVS (controle de versionamento), Rational Clear Case ou Subversion;
- Certificação Linux;
- Certificação Windows;
- Certificação ITIL, Cobit ou similar.

**d. Analista de Requisitos Sênior:**

- currículo emitido pela contratada que informe experiência em análise de sistemas de, no mínimo, 3 (três) anos em sistemas Java/JEE com Banco de Dados Oracle 10g;



- declaração da contratada de que possui experiência nos seguintes frameworks e tecnologias: Servidor de aplicações Oracle Application Server, plataforma Java EE, EJB2 (Enterprise Java Beans 2.0), Hibernate, Struts, arquitetura J2EE, IDE Eclipse, ANT, OpenOffice Server e Client e RUP;
- Certificação UML.

**e. Projetista Java/J2EE Sênior:**

- currículo emitido pela contratada que informe experiência em análise de sistemas de, no mínimo, 3 (três) anos em sistemas Java/JEE com Banco de Dados Oracle 10g;
- declaração da contratada de que possui experiência nos seguintes frameworks e tecnologias: Servidor de aplicações Oracle Application Server, plataforma Java EE, EJB2 (Enterprise Java Beans 2.0), Hibernate, Struts, arquitetura J2EE, IDE Eclipse, ANT, OpenOffice Server e Client e RUP;
- Certificação UML.

**f. Programadores Java/JEE Sênior:**

- currículo emitido pela contratada que informe experiência de, no mínimo, 3 (três) anos, em programação Java em ambiente Java/J2EE com Banco de Dados Oracle 10g;
- declaração da contratada de que possui experiência nos seguintes frameworks e tecnologias: Servidor de aplicações Oracle Application Server, plataforma Java EE, EJB2 (Enterprise Java Beans 2.0), Hibernate, Struts, arquitetura J2EE, IDE Eclipse, ANT, OpenOffice Server e Client.
- Certificação Sun Certified Java Programmer (SCJP) ou similar;
- Certificação Sun Certified Enterprise Architect (SCEA) ou similar.



**JUSTIÇA DO TRABALHO**

**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO**

**g. Testadores:**

- Experiência de, no mínimo, 3 (três) anos em realização de testes de sistemas em ambiente Java/J2EE com Banco de Dados Oracle;
- Conhecimento de SQL.

**h. Analista de Testes:**

- Experiência de, no mínimo, 3 (três) anos em análise de testes de sistemas em ambiente Java/J2EE com Banco de Dados Oracle;
- Conhecimento de SQL;
- Certificação ALATS/CBTS ou ISTQB/BSTQB/CTFL ou QAI/CSTE ou similar.

**i. Gerente de Testes:**

- Experiência de, no mínimo, 3 (três) anos em análise de testes de sistemas em ambiente Java/J2EE com Banco de Dados Oracle;
- Conhecimento de SQL;
- Certificação ALATS/CBTS ou ISTQB/BSTQB/CTFL ou QAI/CSTE ou similar
- Conhecimento de Métricas de Teste;
- Conhecimento de Processos de Teste.

**14.2.** A CONTRATADA deverá dimensionar a equipe profissional que prestará o serviço objeto da presente contratação de forma a garantir o cumprimento dos prazos e acordos de nível de serviço estabelecidos.

**14.3.** O perfil profissional referenciado no item 14.1 do termo de referência é o mínimo que deverá ser empregado pela CONTRATADA na execução contratual, de modo a garantir a qualidade na prestação do serviço objeto da presente contratação.

**14.4.** Admitir-se-ão variações na nomenclatura dos cargos elencados no item 14.1 desde



## JUSTIÇA DO TRABALHO

### TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO

que efetivamente haja correspondência com o perfil de profissionais exigidos na presente contratação.

#### **15. SUBSÍDIOS PARA ELABORAÇÃO DO EDITAL E DO CONTRATO:**

##### **15.1. DA HABILITAÇÃO – DOCUMENTOS A SEREM EXIGIDOS DA ARREMATANTE:**

**15.2.** Será exigida da arrematante a seguinte documentação:

**A.** Pelo menos 01 (um) atestado de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que executou de maneira satisfatória serviço de desenvolvimento e manutenção de sistemas de, pelo menos, 1750 (mil e setecentos e cinquenta) pontos de função brutos utilizando metodologia Unified Process (UP) e Unified Modeling Language (UML), na plataforma Java EE com as seguintes tecnologias: linguagem Java, servidor de aplicação Oracle Application Server e/ou JBOSS, Frameworks: Struts e Hibernate.

**B.** Declaração da própria arrematante com o seguinte teor:

I - de que possuirá, na data de assinatura do contrato, instalações, pessoal qualificado, estrutura de suporte para troca e informações com a CONTRATANTE suficientes para atender prontamente as demandas inerentes ao objeto a ser contratado, na forma do termo de referência;

II - de que cumpre o disposto no artigo 7º, XXXIII, da Constituição da República Federativa Brasileira em vigor.

**C.** Comprovante de realização de vistoria obrigatória da documentação do sistema Sapweb, conforme item 19 deste Termo.

**15.3.** A CONTRATANTE poderá promover visitas às dependências da arrematante e consultar as entidades mencionadas em quaisquer documentos e atestados fornecidos pela mesma, a fim de comprovar a exatidão das informações contidas nos documentos requeridos.



## JUSTIÇA DO TRABALHO

### TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO

**15.4.** Os atestados deverão ser emitidos em nome da arrematante em papel timbrado do emitente, contendo, no mínimo, as seguintes informações: razão social, endereço e CNPJ do emitente; razão social da arrematante; referência, vigência e descrição do objeto do contrato; local e data de emissão do atestado; nome e assinatura do signatário com indicação do cargo e telefone para contato.

**15.5.** O quantitativo de pontos de função mencionado no atestado de capacidade técnica corresponde a 50% do total estimado para execução nesta contratação, sendo tal percentual razoável e compatível com as quantidades, características e prazos da presente contratação, de modo a demonstrar a capacidade da arrematante na prestação dos serviços previstos neste termo de referência, na forma do artigo 30, II, da Lei 8.666/93.

## **16. CRITÉRIO DE JULGAMENTO E ELEMENTOS PARA ELABORAÇÃO DA PROPOSTA COMERCIAL:**

**16.1.** Será julgada vencedora a proposta que, atendendo a todos os requisitos técnicos do presente Termo de Referência, ofertar o **MENOR PREÇO GLOBAL referente a estimativa de 3.500 (três mil e quinhentos) Pontos de Função para 30 (trinta) meses.**

**16.2.** No preço, deverão ser incluídos todos os custos diretos e indiretos desta contratação.

**16.3.** Junto com a proposta comercial, a arrematante deverá apresentar planilha de formação de preços, conforme modelo do Anexo X-A. Para assegurar que o valor total a ser pago pelo TRT jamais ultrapasse o pactuado na licitação, todas as casas excedentes à segunda casa decimal deverão ser **DESPREZADAS, NÃO SENDO ADMITIDO QUALQUER ARREDONDAMENTO.** Assim, exemplificativamente, uma proposta cujo preço do Ponto de Função resulte em R\$ 0,05678989 teria o seu preço unitário ajustado na planilha definitiva para R\$ 0,05.



## JUSTIÇA DO TRABALHO

### TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO

#### **17 – DO SUPORTE TÉCNICO E DA GARANTIA DOS SERVIÇOS:**

**17.1.** A CONTRATADA deverá prestar suporte técnico durante todo o período de vigência contratual através de um canal de comunicação **online** com a equipe técnica da CONTRATANTE para dirimir dúvidas e resolver problemas que porventura surjam no horário de 8 às 18 horas nos dias úteis.

**17.2.** A ferramenta de comunicação *online* deverá ser a mesma utilizada pela CONTRATANTE. A eventual aquisição de licenças necessárias para essa comunicação não acarretará ônus adicionais para a CONTRATANTE.

**17.3.** A CONTRATADA obriga-se a prestar garantia dos serviços durante toda a vigência contratual e após o seu encerramento até 03 (três) meses a contar da emissão do último Termo de Aceite (item 20.4) pela Fiscalização.

**17.4.** Durante este período, a CONTRATADA deverá efetuar toda a manutenção corretiva decorrente de quaisquer erros ou falhas do sistema, sem quaisquer ônus adicionais à CONTRATANTE, com exceção do disposto no item 9.7 do termo de referência.

#### **18 – DA PROPOSTA INTELECTUAL:**

**18.1.** A CONTRATANTE terá direito de propriedade sobre todos os produtos desenvolvidos pela CONTRATADA decorrentes deste contrato, sendo vedada qualquer comercialização por parte da mesma.

**18.2.** A CONTRATADA cederá, em caráter definitivo, o direito patrimonial e a propriedade intelectual das funcionalidades desenvolvidas e dos resultados produzidos durante a vigência do contrato, incluindo-se relatórios, estudos, especificações, descrições técnicas, protótipos, dados, esquemas, diagramas, fonte dos códigos e documentação didática.

#### **19 - DA VISTORIA OBRIGATÓRIA:**

**19.1.** As licitantes deverão, obrigatoriamente, efetuar vistoria prévia da documentação

**JUSTIÇA DO TRABALHO**

**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO**



do sistema Sapweb na Secretaria de Tecnologia da Informação, localizada na Av. Augusto Severo, 84, 13º andar, Glória, Rio de Janeiro, RJ, sendo certo que a vistoria ensinará a emissão de comprovante pelo Tribunal, pelo fato de ser OBRIGATÓRIA.

**19.2.** A vistoria deverá ser realizada até 01 (um) dia útil antes da data estipulada para a abertura da licitação, devendo ser agendada até 01 (um) dia útil antes de sua realização através do email [dgsp@trt1.jus.br](mailto:dgsp@trt1.jus.br), no horário compreendido entre 10 e 17 horas, de segunda à sexta-feira.

**19.3.** Em nenhuma hipótese, o desconhecimento das condições operacionais poderá ser alegado como justificativa para inexecução ou execução parcial do serviço a ser prestado, bem como solicitar qualquer alteração no valor do contrato a ser celebrado.

**19.4.** As dúvidas de natureza técnica porventura surgidas durante a vistoria serão esclarecidas pela Divisão de Gestão de Sistemas e Portal (DGSP), através de expediente dirigido à Comissão Permanente de Licitação (CPL).

**19.5.** A não apresentação do referido comprovante acarretará a inabilitação da licitante.

**20 - DO ACEITE E PAGAMENTO:**

**20.1.** A CONTRATADA apresentará a Nota Fiscal instruída com todos os artefatos previstos no presente termo de referência.

**20.2.** A fiscalização do contrato validará os artefatos de suas respectivas disciplinas, apresentando os indicadores do SLA com os respectivos descontos, se for o caso.

**20.3.** A Gerente de Projeto consolidará todas essas informações, apresentando os seus artefatos devidamente validados, incluindo-se a análise de todos os SLAs. Tal validação constituir-se-á no recebimento provisório.

**20.4.** O Gestor do contrato atestará a Nota Fiscal efetuando o **recebimento definitivo** em até **5 (cinco) dias úteis do recebimento provisório**, encaminhando-a à unidade da CONTRATANTE responsável pelo pagamento, com todos os relatórios e artefatos validados.

**20.5.** A CONTRATANTE somente pagará pelos Pontos de Função efetivamente





## JUSTIÇA DO TRABALHO

### TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO

utilizados, independentemente dos quantitativos estimados indicados no presente termo de referência.

**20.6.** Os pagamentos poderão sofrer adequações decorrentes do não atendimento das metas previstas nos Acordos de Nível de Serviço, na forma estabelecida no item 10 do termo de referência.

**20.7.** Os pagamentos à CONTRATADA serão efetuados efetuado em prazo não superior a 30 (trinta) dias, contados a partir da data final do período de adimplemento de cada parcela, conforme art. 40, inciso XIV, alínea “a” da Lei 8.666/93, após a atestação, pela fiscalização da CONTRATANTE, da(s) nota(s) fiscal(is) do mês anterior, acompanhada de Relatório Mensal de Acompanhamento emitido pela fiscalização.

**20.8.** Fica a Contratada ciente de que, quando da ocasião do pagamento, será verificado se as condições de habilitação estão mantidas.

#### **21 - REAJUSTE:**

**21.1** O contrato poderá ser reajustado, ante requerimento da contratada, observada a periodicidade mínima de **1 (um) ano** contada da data limite para a apresentação das propostas, adotando-se para tanto a variação do INPC para o período.

**21.2** A data do último reajuste concedido passará a ser considerado como marco inicial para os reajustes subsequentes, sempre respeitado o interregno mínimo de 1 (um) ano.

**21.3** O pedido deverá ser expreso quanto ao valor pretendido e quanto à data requerida.

**21.4** Os efeitos financeiros do reajuste poderão retroagir, conforme o pedido, até a data em que completada a periodicidade mínima de 1 (um) ano referida acima, observado o item 21.5.

**21.5** O prazo decadencial para o requerimento do reajuste será de 60 (sessenta) dias, a contar do dia em que restar preenchido o requisito temporal para a concessão do mesmo, nos termos dos itens 21.1 e 21.2. Após o prazo estabelecido, os efeitos financeiros retroagirão, no máximo, até a data do pedido, a depender dos termos da solicitação da contratada.

**JUSTIÇA DO TRABALHO**

**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO**



**21.6** A celebração de prorrogações contratuais quando já preenchido o requisito temporal para concessão de reajuste, sem que haja ressalva expressa a respeito pela contratada, implicará preclusão lógica do direito de pleitear reajustes referentes aos períodos anteriores às prorrogações.

**21.7** O requerimento de reajuste deverá ser dirigido à fiscalização do contrato.

**22 - DA RESCISÃO**

**22.1.** O presente contrato poderá ser rescindido nas hipóteses estabelecidas pelos artigos 77 a 79 da Lei 8.666/93.

**23 - DAS PENALIDADES**

**23.1.** No caso de descumprimento das cláusulas contratuais, serão aplicadas sanções administrativas em conformidade com o Ato 2.211/2005 da Presidência deste E. TRT e artigos 81, 86, 87 e 88 da Lei 8.666/93.

Rio de Janeiro, 26 de maio de 2011.

Eugenio L. Carvalho Silva  
Chefe da SEDOR

Alessandra Silva de Souza  
Chefe da DICO

Célia Regina Amaya Utiyama  
Fiscal de Métrica e Requisitos

Rotterdam Holanda Cavalcante Junior  
Fiscal de Análise e Projeto

Tony Takimoto  
Fiscal de Implementação, Testes e  
Homologação

Marcelo Luís Alves Dias  
Fiscal de Qualidade

Denise Barbosa Alves e Silva  
Gerente de Projeto

Erik Gustavo de Sousa Stofanelli  
Gestor do contrato